

O CAPITALISMO E A POLÍTICA AGRÁRIA A PARTIR DA DÉCADA DE 60: MIGRAÇÃO E URBANIZAÇÃO PARANAENSE.

Antonio Ap. N. Gaspareto

Professor de História da Rede Pública de Ensino Estadual do Paraná, formado em Filosofia com complementação em História pela PUCPR, Ciências Contábeis pela UFPR e Pós-graduação em Educação Ambiental pela FACINTER (IBPEX).

RESUMO

Ao analisar a questão agrária no Estado do Paraná a partir da década de 60 tem se como objetivo perceber como se desenvolve o capitalismo na agricultura; e, detectar o momento em que o problema da propriedade fundiária apareceu, como evoluiu e seu impacto sobre o processo de urbanização. A abordagem da questão da política agrária no Estado do Paraná será feita nesta perspectiva, considerando: o processo migratório durante o século XIX e XX, a caracterização da questão agrária após a década de 70, o impacto da mecanização sobre a mão de obra no campo e das tendências da agricultura paranaense hoje. Concentração da terra, política agrícola voltada para o agronegócio, mecanização da agricultura são fatores que determinaram diretamente o êxodo rural e um processo de urbanização sem planejamento ou com seqüelas indesejáveis como, por exemplo, o processo de favelização. É neste contexto histórico que faço a abordagem da urbanização de Curitiba tendo como estudo de caso a ocupação da região do Alto Boqueirão. A implementação do projeto na escola atende às exigências das Diretrizes Curriculares da Educação do Estado do Paraná e evidencia a importância do estudo da questão fundiária e do processo de urbanização paranaense para o ensino. Evidentemente que não há a pretensão em esgotar aqui a discussão sobre o tema. Muito, pelo contrário, mais do que esclarecer levantar-se-ão questões que necessitam de pesquisas e análises mais profundas sobre o processo de expulsão do homem do campo e suas conseqüências no processo de urbanização do Paraná.

Palavras-chave: Política agrária. Êxodo rural. Migração. Urbanização.

Abstract

Analyzing the agrarian questions in Parana State since sixty's decade, has as objective to understand how to the capitalism develop in agriculture, and detect the moment that the great property problem arisen, how did it evolve and its impact over the urbanization problem. The approaching of the agrarian's question politic in the Parana State will be made in t his perspective considering the following aspects: the migratory process during the XIX and XX ages, the characterization of the agrarian question before the seventy's decade, the modernization impact over the workman on a farm and the agricultural tendencies in Parana

nowadays. Land concentrations, agricultural politic turned to the agro business, agricultural mechanization are important factors that determined directly the rural exodus and a urbanization process without planning or with undesirable sequence which, for example, the shanty town process. It is in this historic context that I do the approach of the Curitiba urbanization taking as a study case the occupation of the Alto Boqueirao Region. The implementation of the project at School meets the demands of curriculum guidelines of Education of Parana State and show the importance of studying the land issue and the urbanization process in Parana State for Education. Of course, there is no intention here to exhaust the discussion on the topic. Quite the contrary, rather than clarify it to raise issues that require deeper research and analyses on the process of expulsion of man from the field and its consequences in the urbanization process of Parana State.

Key words: Agrarian politic. Rural exodus. Migration. Urbanization.

INTRODUÇÃO

Para se compreender a ocupação do território paranaense e a política agrária se faz necessário o entendimento teórico do modelo de desenvolvimento do capitalismo no campo no que concerne à agricultura e a reforma agrária bem como às políticas de ocupação territorial.

O modelo agrícola brasileiro está atrelado à modernização conservadora conseguindo integrar a agricultura à indústria e ao mercado internacional. Conseguem-se um grande salto de qualidade e produtividade, porém, a exclusão de pequenos e não-proprietários rurais do processo de desenvolvimento foi inevitável. Ainda, a expansão da grande empresa capitalista na agropecuária brasileira nas décadas de sessenta e setenta foi mais acelerada do que nos períodos anteriores, destruindo milhares de pequenas unidades de produção, onde o trabalhador rural obtinha não apenas parte de sua própria alimentação, como também alguns produtos que vendiam nas cidades. Foi este processo de expansão que transformou o colono em bóia-fria, que agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, que concentrou ainda mais a propriedade da terra.

Com a integração da agricultura à indústria, os pequenos agricultores não foram contemplados pelo modelo provocando o abandono do campo. Nos anos 80 e 90 uma das tendências na agricultura foi a constituição de complexos agroindustriais; e, uma outra tendência foi a redução do papel da pequena produção no processo de desenvolvimento capitalista.

Se antes de 1964 a reforma agrária constituía-se um dos pilares do projeto desenvolvimentista, o mesmo não ocorre no pós-64. Para os militares e os teóricos do desenvolvimento econômico do Brasil desse período interessava a integração da agricultura ao processo industrial colocando em segundo plano as necessidades sociais do homem do campo.

A compreensão da estrutura agrária do Paraná, partindo do princípio de que a economia paranaense está inserida dentro do contexto geral do desenvolvimento do capitalismo e integrada à economia como um todo no Brasil, será o eixo de toda esta análise. Sendo assim, a ocupação do território e a questão agrária será relacionada ao contexto do Brasil sem desconsiderar que o mundo, neste momento histórico, vive os efeitos do pós-Segunda Guerra Mundial.

IMIGRAÇÃO EUROPÉIA DURANTE O SÉCULO XIX.

Durante o século XIX acelera-se o processo de imigração européia no Paraná. Em 1829 foi instalado o primeiro núcleo de imigrantes alemães às margens do Rio Negro e, em 1852, em Guaraqueçaba, constitui-se um núcleo de imigrantes suíços e alemães.

Com a proibição do tráfico de escravos em 1850, os grandes fazendeiros de São Paulo absorveram a mão de obra escrava para o trabalho nos cafezais, com isso entra em decadência a produção dos alimentos básicos como o feijão, o milho e a mandioca, gerando uma grande crise de abastecimento. No Paraná, predominava a extração da erva-mate e o trabalho da pecuária nas fazendas.

Neste contexto o Paraná reivindicou junto ao governo imperial a criação, em seu território, de grandes colônias voltadas à produção de alimentos com o objetivo de resolver o problema da falta de alimentos. A partir de 1859 ocorreu a criação da colônia Assunguí, com pequenas propriedades, localizada a 109 quilômetros de Curitiba, no Vale da Ribeira. A colônia Assunguí era composta de franceses, ingleses, italianos, alemães, espanhóis e suecos. Seu núcleo corresponde hoje ao município de Cerro Azul. Sem infra-estrutura para escoar a produção, muitos imigrantes procuraram trabalho na capital, abandonando o local.

Adolfo Lamenha Lins, em 1875, assumiu o governo do Paraná e desenvolveu novas diretrizes que nortearam a forma de se fazer a colonização com os imigrantes europeus. Estabeleceu que as colônias não deveriam ficar situadas longe dos grandes centros consumidores; que deveriam estar junto às estradas carroçáveis ou às estradas vicinais; e, menciona alguns critérios de infra-estrutura para o bem-estar do imigrante em suas colônias.

A partir de 1877, em torno de 20.000 imigrantes russos foram encaminhados aos municípios da Lapa, Palmeira e Ponta Grossa. O projeto também fracassou. Para sobreviver os imigrantes começaram a dedicar-se ao transporte. Dominando a tecnologia do carroção eslavo, puxado por três parselhas de cavalos, começaram a transportar erva-mate do interior até Curitiba e da capital até os portos de Antonina e Paranaguá, para exportação.

Diante destes fracassos a colonização européia só será retomada em 1890 com a instalação de novas colônias para povoar as margens do rio Iguaçu até a divisa de Santa Catarina, em função de que estas áreas se encontravam sob a ameaça de ocupação. Foi neste contexto que várias colônias foram criadas e povoadas por imigrantes no período de 1890 a 1951.

A OCUPAÇÃO DO NORTE

O início da colonização do norte velho, ou norte pioneiro, é da década de 1840 com a chegada de fazendeiros mineiros em decadência e que se envolveram com o tropeirismo. Nestas viagens tomaram conhecimentos da existência de áreas férteis e devolutas no norte do Paraná e passaram a ocupa-lás. Em seguida chegaram os paulistas, os paranaenses, os japoneses e os sírio-libaneses entre outros.

Inicialmente a agricultura de subsistência e a exploração florestal subtropical foram a base econômica destas famílias. O café tornou-se economicamente viável só no início do século XX, com a abertura de estradas e ferrovias para escoar a produção.

A partir de 1929, a política de colonização contou com a presença da companhia inglesa Paraná Plantations Co., denominada depois de Companhia de

Terras do Norte do Paraná, nacionalizada em 1940 com o nome de Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná. Ela empregava processos modernos de planejamento e dispunha de uma área de 500.000 alqueires de terra. Toda a infraestrutura era planejada com estradas de ferro para escoar a produção agrícola regional, construção de rodovias, fundação de várias cidades entre 10 a 15 quilômetros de distância entre si, divisão de lotes em pequenos sítios de até 10 alqueires e até fazendas de 200 alqueires.

Em 1934 tem início a construção da cidade de Londrina e outras cidades como Maringá, Arapongas, Apucarana e Cianorte. Em 1933 a Companhia adquiriu o ramal ferroviário Ourinhos-Cambará, ampliando o seu domínio e iniciando o loteamento destinado ao plantio de café e algodão. A população paranaense que em 1920 era inferior a 700.000 habitantes passa por um surto de crescimento, quase dobrando de tamanho entre 1940 e 1950, passando de 1.236.276 de habitantes para 2.115.547. De 1950 a 1960 atingiu 4.258.239 habitantes mantendo este ritmo de crescimento populacional até até 1970, quando chegou ao patamar dos 6.929.868 habitantes.(1)

Outras companhias instalaram-se na região, destacando a de Paranavaí, um empreendimento oficial. São inúmeras as fraudes através da grilagem de terras. Grileiros obtiveram títulos viciados de terras ocupadas por camponeses e posseiros e iniciaram a retirada dos trabalhadores através da ação dos pistoleiros, dando origem a lutas e choques violentos.

O norte emerge como uma região de fazendas de café, aberta sob a égide da destruição das florestas, que contrastavam com as fazendas de gado dos campos gerais e com os núcleos coloniais de pequenos proprietários. Numa forma nova de economia estavam ligados tipos étnicos diversos: paulistas, mineiros, baianos, pernambucanos e imigrantes naturalizados. Todo este dinamismo econômico e cultural expressou-se em números que movimentaram a economia paranaense a partir da década de 1960. Em 1963, o Estado do Paraná era o maior produtor de café com 1.256.526 toneladas e com uma economia regional diversificada com produção de milho, feijão, algodão, cana-de-açúcar e pecuária. Toda a região norte era politicamente paranaense e economicamente paulista, em função de que todo o comércio convergia para o Porto de Santos. Com a finalidade de integrar o norte à

(1)OLIVEIRA, D. de. **Urbanização e Industrialização no Paraná**, Curitiba, p.33

economia paranaense e deslocar o escoamento das riquezas para o Porto de Paranaguá, o governo do Estado construiu a Rodovia do Café, interligando as duas regiões na década de 1960.

A OCUPAÇÃO DO OESTE E DO SUDOESTE

A partir de 1924, nesta região, teve início a entrada , em grande escala, da corrente povoadora oriunda do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, constituída, principalmente, de agricultores de origem italiana e alemã. A partir de 1934 intensificava-se a vinda de imigrantes através de empresas colonizadoras particulares e públicas. A colonizadora Maripá, do Rio Grande do sul, adquiriu 124.000 alqueires de terra de uma empresa Argentina, que por sua vez tinha adquirido as terras do Estado. Estas empresas colonizadoras comercializavam as terras, em pequenas parcelas, com os imigrantes que exploravam a produção de grãos e a criação de animais.

Inicialmente as terras foram ocupadas por grandes empresas interessadas na extração da erva-mate e da madeira. Passado o ciclo extrativista, a população agregada neste tipo de trabalho, sem alternativa de trabalho, passou a explorar as terras, produzindo alimentos para a sua subsistência e passou a ocupar as posses, transformando-se em posseiros.

No segundo momento, ocorreu a ocupação massiva de imigrantes que penetraram o território paranaense, ocupando as regiões do sudoeste e oeste. Eram descendentes de italianos, alemães e poloneses oriundos do Rio Grande do Sul, em sua grande maioria. Passaram a adquirir as terras dos posseiros sem a devida legalização necessária. A região passa por uma economia familiar típica. Com o crescimento da economia agrícola expande-se rapidamente o comércio, construindo uma grande infraestrutura regional e valorizando a terra.

Grandes empresas interessadas na especulação imobiliária articularam-se junto ao Estado, conseguindo a concessão de títulos viciados de grandes áreas já ocupadas por migrantes ou posseiros. Com o aparato da repressão e com o apoio político das autoridades estaduais, as empresas colonizadoras iniciaram uma onda

de violência, através da contratação de jagunços, para fazer a limpeza das áreas ocupadas. Foi um longo conflito que ganhou dimensão política nacional, culminando com a vitória dos camponeses, na revolta camponesa de 1957. Já na década de 60 a região consolidou-se com uma economia regional forte, voltada ao abastecimento das cidades que estavam em forte expansão. Neste contexto desenvolve-se a idéia de separatismo entre os moradores da região com a intenção de se criar o Estado do Iguaçu. Esta idéia só foi abandonada na década de 90.

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA PARANAENSE NA DÉCADA DE 1970

No Paraná irá se reproduzir o que ocorreu com a história da terra no Brasil, seguindo o tradicional padrão de sesmarias. A vinda de colonos atraídos pela mineração e pela pecuária forma o substrato inicial da concessão de sesmaria no litoral e nos planaltos.

O processo de formação da economia paranaense é lento, iniciando-se com o aprisionamento dos indígenas pelos bandeirantes e pelo pequeno surto de mineração que atraiu povoadores no final do século XVI e XVIII, predominando uma economia de subsistência, baseada na pecuária e depois no tropeirismo. No transcorrer do século XIX organiza-se a economia da erva-mate e no final do mesmo século, o comércio da farinha no litoral.

Na década de 1960 consolida-se o território paranaense encerrando-se o processo de ocupação das regiões de fronteira agrícola e, conseqüentemente, os grandes movimentos migratórios de deslocamento de pessoas em direção ao campo, em busca de terra e trabalho.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS.

A década de 1970 foi marcada por transformações profundas na base produtiva da agricultura e no movimento migratório da população rural. Surgiu em muitas regiões uma economia capitalista que trouxe significativas transformações.

Em 1970 o Paraná contava com 18.619 tratores aumentando em 1970 para 79.377, e o número de colhedoras aumentou de 2.509 para 14.730 no mesmo período. Outro dado a ser considerado é a entrada de fertilizantes pelo Porto de Paranaguá. Em 1972 entraram 52.534 toneladas e, em 1980, 568.611 toneladas. Em 8 anos, um aumento de 988%.(2)

Junto com essa modernização da agricultura paranaense vieram mudanças econômicas e sociais. Uma delas é a concentração da renda e da propriedade agrícola. No Paraná, entre 1970 e 1975, as propriedades de até 20 ha foram reduzidas a 76.000 unidades, enquanto que as áreas acima de 500 ha aumentaram de 26,1% para 30,8% no mesmo período. Com a modernização da agricultura uma outra consequência inevitável foi o êxodo rural. Entre 1940 e 1970 a população rural cresceu atingindo um saldo migratório de 2.800.000 habitantes. Na década seguinte, o saldo foi totalmente inverso, ficando negativo em 2.600.000 habitantes. Os dados nos mostram que entre 1970 e 1980 a taxa geométrica de crescimento anual da população urbana foi de 5,97 enquanto a população rural teve uma taxa de crescimento negativa de 3,33 no Paraná.

O fenômeno migratório explosivo está associado com a erradicação dos cafezais e esgotamento das fronteiras agrícolas paranaense, com a intensificação do uso de tecnologias que reduzem a necessidade de mão-de-obra e com o processo de substituição de culturas – do café pela soja e pecuária. Esta dinâmica, decorrente das alterações tecnológicas, acentua-se rapidamente com a diferenciação econômica e social dos produtores envolvidos. Muitos produtores abandonaram o campo em busca de outras formas de sobrevivência.

Outro dado interessante é de que enquanto no Brasil a taxa de crescimento da população foi de 2,48, no Paraná foi apenas de 0,97 entre 1970 e 1980. O pequeno crescimento da população do Paraná nesse período é resultado, segundo o IPARDES, de duas correntes migratórias: uma para a fronteira agrícola da Amazônia e outra para as cidades industriais de São Paulo.(3)

(2) INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Relatório s.n.t. citado por Hermógenes L.. p.102.

(3) INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Relatório s.n.t. citado por Hermógenes L., p.105.

O fenômeno de redução da população rural é comum, em todo mundo, nos países em fase de industrialização. No Paraná, o que chama a atenção é a rapidez com que esse processo se deu num curto espaço de tempo. Ocorreram mudanças profundas na base produtiva e tecnológica, mas também nas relações de produção, no uso da mão-de-obra e nas estruturas de propriedade da terra.

Todas estas transformações se dão dentro da lógica do modelo capitalista adotado no Brasil para a agricultura brasileira. Uma das características que norteou o modelo agrícola foi a sua forma dependente e excludente, ou seja, a lógica que atende a interesses externos do grande capital industrial onde só se incorporam setores dinâmicos da economia; isto é, não é para todos. A modernização agrícola brasileira se caracteriza também pela coexistência de situações bastante heterogêneas onde, em um mesmo território, podemos nos deparar com a existência de regiões com agricultura tradicional atrasada, pequenos agricultores competitivos, modernas empresas capitalistas e complexos agroindustriais, com níveis diferenciados de incorporação do progresso técnico.

No Paraná as diferenças econômicas e sociais se acentuam por conta da política adotada pelos governos privilegiando as tecnologias de Produto, isto é, tecnologias que não geram conhecimento, tecnologias compradas no mercado e cuja prioridade são produtos voltados à exportação em detrimento da produção de alimentos.

Neste processo de modernização conservadora, o Estado brasileiro, teve um papel decisivo, viabilizando as condições para a implantação deste modelo agrícola, através da conjugação dos interesses do capital internacional e dos capitais industrial, agrário e estatal nacional. Com esta associação subordinada ao capital externo, absorvendo os bens de capital da indústria, fornecendo os insumos para os produtores e as agroindústrias, estimulando a produção para o mercado externo e o abastecimento alimentar para os grandes centros consumidores, consolida-se essa nova fase de expansão e modernização da agricultura, com a criação de um conjunto de instrumentos de política agrícola como Crédito Rural, a pesquisa, a assistência técnica e preços mínimos pelo Estado Brasileiro.

EVOLUÇÃO AGRÍCOLA E AGRÁRIA PARANAENSE

Profundas transformações sociais e econômicas caracterizaram a década de 70 no Brasil e no Paraná. Visando a retomada do crescimento econômico, o Estado brasileiro adota a chamada modernização conservadora privilegiando uma agricultura voltada para a indústria e para a exportação, bem como para o consumo de insumos industriais.

Neste período o Estado atuou de forma decisiva no sentido de viabilizar a modernização agrícola e industrial do Brasil. O objetivo geral da política econômica era de aumentar a produção e a produtividade agrícola bem como integrar a agricultura à indústria. Também visava resolver problemas de balança comercial e de pagamentos.

Além de integrar a agricultura aos mercados industriais, o modelo possibilitou o aumento de disponibilidade de matérias-primas para a indústria, produção crescente de alimentos para a população urbana bem como liberação de mão-de-obra em decorrência da mecanização da agricultura.

A mecanização possibilitou, além do aumento da produção e produtividade, uma diminuição muito grande de mão-de-obra. O aumento da produtividade é resultado da utilização de técnicas modernas através do uso intensivo de máquinas e insumos modernos, principalmente de fertilizantes, herbicidas, inseticidas, etc. O modelo agrícola adotado no Paraná passou a priorizar as culturas mais dinâmicas em detrimento da produção de alimentos básicos.

É evidente, portanto, que na década de 70, o Paraná passou por uma profunda alteração nas bases do modo de produção agrícola, como o resultado das medidas governamentais.

Com a modernização agrícola surgiram profundas transformações na estrutura agrária no Paraná ocorrendo uma alta concentração da propriedade, a liberação de boa parte do pessoal ocupado na agricultura, a diminuição da produção de gêneros agrícolas e aumento das culturas integradas à indústria e à exportação.

Segundo Os dados do IBGE, a tendência no período de 1970 a 1985 foi de concentração fundiária no Paraná. Em 1970 existiam 258.782 estabelecimentos, em 1985 este número caiu para 236.722, caracterizando o desaparecimento de

aproximadamente 22.000 estabelecimentos. O número de estabelecimentos de até 50 ha diminuiu cerca de 15% e os grupos de áreas acima de 50 ha cresceu cerca de 25%. A tendência no período foi de fortalecimento das grandes e médias propriedades agropecuárias e redução das pequenas propriedades.

A área ocupada, no Paraná, no período de 1970 a 1985 aumentou em torno de 18%. Esse aumento se acentuou mais nos estratos acima de 50 ha, diminuindo nos inferiores. Essa constatação comprova a opção por uma agricultura dinâmica, centrada nas empresas rurais e altamente mecanizadas.

Em 1970 o Paraná possuía 554.488 propriedades rurais, em 1980 o número baixou para 454.103. Das propriedades que desapareceram cerca de 93% eram de arrendatários, parceiros e posseiros.

Ao mesmo tempo em que há uma redução do número de estabelecimentos, ocorre, no período de 1970 a 1980, um aumento da área ocupada. A área total ocupada de 14.625.530 ha em 1970, passou para 16.380.329 ha em 1980.

As transformações na estrutura agrária advindas da modernização agrícola no Paraná, a partir da década de 70 são visíveis. Os setores mais atingidos foram os pequenos proprietários e os não proprietários, entre eles, milhares de arrendatários, parceiros, meeiros, sem-terra, etc. A modernização causou a concentração da propriedade e diminuição da produção de alimentos básicos, em benefício das culturas integradas à indústria e à exportação.

IMPACTO DA MODERNIZAÇÃO SOBRE A FORÇA DE TRABALHO NO CAMPO

A modernização da agricultura provocou a organização da produção com o aumento da produtividade da terra e do trabalho. É visível a redução do trabalho familiar e o aumento do trabalho assalariado.

Pelo fato de que o nível de incorporação de tecnologias entre as três regiões paranaenses não se deu de forma uniforme, na fase inicial havia a circulação da força de trabalho entre as regiões do Estado; porém, esta dinâmica foi em direção da substituição do trabalho familiar para o assalariado. Nos primeiros anos, o

Paraná perdeu mais de 1.200.000 pessoas no campo, demonstrando que as mudanças tecnológicas introduzidas são poupadoras de mão-de-obra.

Outro fator que influenciou o crescimento do assalariamento rural foi a ligação entre as unidades produtivas e o mercado, com a intensificação da mercantilização da agricultura.

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA PARANAENSE

Os autores estudiosos da questão da modernização da agricultura paranaense são unânimes em estabelecer o final da década de 60 e em especial a década de 70 como o marco do processo de modernização da agricultura no Paraná e, em especial na região Norte.

As conseqüências socioeconômicas da modernização agrícola manifestaram-se com maior gravidade na região do Noroeste (Paranavaí, Cianorte e Umuarama). No Norte do Paraná, diante de um quadro da crise nacional do café irá ocorrer a erradicação dos pés de café. Além da crise concorreram para a erradicação dos cafeeiros as geadas que ocorreram na região desde a segunda metade da década de 60 e a praga da “ferrugem” que atacou os cafezais neste mesmo período. A substituição das lavouras de café se fez por pastagens no período de 1963 a 1966; e, oleaginosas e outras atividades produtivas, a partir de 1966.

Os maiores índices percentuais de modernização agrícola no Estado ocorrem na década de 70. Todavia é fundamental ter em mente que o avanço da modernização da agricultura paranaense não foi homogêneo no tempo e no espaço, segundo as regiões mesográficas do Estado. A modernização agrícola e seus efeitos demográficos, durante a década de 70, foram mais dinâmicos no Norte do Estado. Nas demais regiões, seus efeitos demográficos foram mais expressivos na década de 80. O processo de mecanização da agricultura paranaense foi mais intensa na década de 70 e mais expressiva no Norte e Oeste do Estado.

A redução do número de emprego no campo está associada ao aumento de tratores no campo diminuindo a área média por trator. Em decorrência intensifica-se a migração campo-cidade com destaque para o Norte do Paraná onde o êxodo rural apresentou-se mais acentuado. Até o início da década de 70, a região Norte do Paraná tinha como principal atividade econômica a cafeicultura onde se emprega

uma numerosa mão-de-obra braçal. Com a substituição da cafeicultura pelo plantio da soja, trigo, áreas de pastagens e com a mecanização, o nível de emprego na região sofreu uma significativa redução. Esta grande massa de mão-de-obra migrou para as fronteiras agrícolas existentes, regiões metropolitanas de Curitiba e São Paulo e para outros centros urbanos regionais elevando o índice de urbanização regional e estadual.

No Oeste paranaense a mecanização agrícola também foi expressiva; porém, o impacto sobre a população agrícola só vai ser mais significativa na década de 80, uma vez que na década de 70 a ocupação da fronteira agrícola estava se completando. Mas foi o aumento significativo da mecanização nas regiões Norte e Oeste do Paraná que contribuiu significativamente para o aumento dos sem-terra no Paraná.

A substituição do café por culturas que dispensam um grande contingente de mão-de-obra só contribuiu para agravar o êxodo rural.

A SITUAÇÃO RURAL-URBANA DA POPULAÇÃO PARANAENSE

O quadro urbano-rural da população paranaense a partir da década de 70 está intimamente interligado ao processo de modernização da economia estadual, sobretudo, no que concerne a modernização da agricultura. Foi na década de 70, na história do Paraná, que a população urbana superou a população rural. Parte considerável da população retirante do campo dirigiu-se a outros Estados, sobretudo, para as fronteiras agrícolas das regiões Centro-Oeste e Norte do país e à região metropolitana da cidade de São Paulo. Uma outra parte da população do campo dirigiu-se às proximidades do rio Paraná, no Uruguai. Outros retirantes dirigiram-se às cidades pólos regionais como Cascavel, Guarapuava, Maringá, Londrina, Umuarama, Apucarana, Ponta Grossa, e, suas cidades satélites. Um maior fluxo dessa população se deslocou para a região metropolitana de Curitiba. Entre 1970 e 1980, dentre as cidades brasileiras, Curitiba foi a cidade que apresentou a maior taxa média geométrica de crescimento anual, 5,78%; e, no período de 1980 a 1991, esteve entre as mais elevadas, com 3,02%.

No ano de 2000, conforme dados do Censo Demográfico fornecidos pelo IBGE, o Paraná contava com uma população de 9.563.458 habitantes sendo que a

população urbana era constituída por 7.786.084 habitantes, representando 81,4% da população; enquanto que a população rural era de 1.777.374 habitantes, isto é, apenas 18,6% da população viviam no campo.

Com exceção da região metropolitana de Curitiba, todas as demais mesorregiões do Estado tiveram um desenvolvimento populacional considerado normal para o período em estudo. O ligeiro declínio da população no Sudoeste, na década de 70 deve-se à colonização do Oeste paranaense; e, os efeitos da modernização agrícola, na década de 80, foram mais significativos nas mesorregiões do Oeste, Sudoeste e Centro-Sul do Paraná. Já, na região Metropolitana de Curitiba, o crescimento populacional foi excepcional no período de 1980 a 1991.

O excepcional aumento populacional da região Metropolitana de Curitiba decorreu não só do êxodo rural provocado pela modernização da agricultura, mas também pela atração exercida pela implantação da Cidade Industrial.

A inversão da pirâmide populacional no Paraná a partir da década de 70 se agrava ainda mais pela inexistência de um planejamento urbano capaz de dar conta desta nova realidade. Para fundamentar esta afirmação, cito o um trecho do livro Curitiba e o Mito da Cidade Modelo, de autoria do professor Dennison de Oliveira:

“O observador que volta seu olhar sobre a história do planejamento urbano brasileiro em tempos recentes vislumbra um cenário desolador. Por toda a parte, de norte a sul do país, ele encontrará projetos mal concebidos, iniciativas frutadas e realizações incompletas. Como resultado, o país se destaca dentre as demais nações pelo caos que atualmente impera em suas cidades, marcado pela deterioração dos seus grandes centros, obsolescência dos equipamentos coletivos urbanos, carências infra-estruturais metropolitanas generalizadas e por uma extraordinária concentração da propriedade fundiária, a qual reforçou, por sua vez, o apartheid social vigente entre nós.

Se a sua observação for feita durante o verão, ele não deixará de se impressionar com as catástrofes provocadas pelas enchentes, desmoronamento de encostas ocupadas por favelas e alagamento desastroso dos loteamentos populares na periferia. No inverno, dificilmente passaria despercebido o estrago operado pelas inversões térmicas na capacidade atmosférica de dispersar os agentes poluentes nas grandes capitais.” (4)

APLICAÇÃO DO PROJETO: ALTO BOQUEIRÃO, UMA HISTÓRIA A SER DESVENDADA.

A pesquisa realizada sobre “O Capitalismo e a Política Agrária a partir da década de 70”, no Paraná, deu origem ao Folhas “Urbanização no Paraná a partir da

(4) OLIVEIRA. D. de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba, 2000, p. 14.

década de 70". Sendo que sua aplicação ocorreu no Colégio Estadual Roberto Langer Júnior, localizado no Bairro Alto Boqueirão em Curitiba, no primeiro semestre do ano letivo de 2008. Para executá-lo, escolhi as primeiras séries do Ensino Médio do período diurno, envolvendo alunos na faixa etária de 14 a 16 anos.

Metodologicamente a execução do projeto, objeto de minha pesquisa, consistiu, num primeiro momento, no estudo da fundamentação teórica e do estudo da política agrária no Paraná a partir da década de 60 tendo como referencial a pesquisa realizada e os referenciais bibliográficos por mim utilizados. Num segundo momento encaminhei um estudo de caso, especificamente o caso da ocupação do Xapinhã por um grupo de Sem-Teto, Município de Curitiba. Para este estudo de caso, utilizei um filme documentário da extinta Rede de TV Manchete. Além deste documentário, trabalhei com outro filme documentário elaborado pelo MST (Movimento dos Sem Terra) com o título "Senhores da Terra Donos do Mundo", o qual faz uma abordagem da concentração da terra e do desemprego em decorrência da mecanização da agricultura da cana-de-açúcar, no Estado de São Paulo.

Uma vez realizado o trabalho de fundamentação teórico-histórica e o estudo de caso, os alunos foram orientados para realizar uma pesquisa de campo por amostragem. Na pesquisa de campo eles receberam um questionário para ser aplicado, na forma de entrevista, à população do Bairro Alto Boqueirão. Divididos em grupos, os alunos foram a campo e sob minha orientação e dos professores das outras disciplinas envolvidas. Quanto ao encaminhamento e acompanhamento da aplicação do questionário à população do bairro, os alunos foram organizados em grupos de três ou quatro, cabendo a cada um entrevistar, no mínimo, dois ou três moradores do bairro ou da comunidade. De posse da entrevista aplicada, os grupos de cada turma se reuniram na sala de aula e sob a orientação do professor fizeram o levantamento dos dados. Feito o levantamento dos dados, formou-se uma comissão com dois ou três representantes de cada turma envolvida no projeto. A esta comissão foram entregues todos os apontamentos e dados obtidos com a pesquisa para que se efetuassem a organização e a tabulação dos mesmos. Os dados registrados e tabulados, como resultado da entrevista, foram repassados a cada grupo para que montassem os gráficos, fizessem a análise dos dados obtidos e, finalmente, o relatório com a interpretação dos dados. Além de trabalhar com os

dados de entrevista, os discentes foram orientados a fazer uma pesquisa sobre a história do bairro em estudo, a qual compôs o corpo do trabalho.

A pesquisa por amostragem, na modalidade de entrevista, realizada pelas quatro turmas de alunos dos primeiros anos do Ensino Médio, do período da manhã, teve como objetivo identificar a origem da população do bairro e como problematização: 1. Será que a população do Bairro Alto Boqueirão tem sua origem no processo migratório decorrente da mecanização da agricultura a partir da década de 70 no Paraná?; 2. Se não for, qual a sua origem?; 3. Que fatores ou motivos levaram estas pessoas a migrarem para Curitiba?; 4. Podemos constatar melhorias nas condições de vida dos moradores do bairro que migraram para Curitiba? Ela teve como objetivos identificar a origem da população do bairro, sua situação social hoje e despertar em nossos alunos o interesse pela pesquisa-ação.

A entrevista aplicada aos moradores do bairro Alto Boqueirão e o desenvolvimento do trabalho teórico permitiu ao aluno se aproximar ou a ter os primeiros contatos com o que chamamos de pesquisa-ação. Espera-se que, através de atividades como esta o aluno possa perceber a importância do estudo da disciplina de História. A relação teoria-realidade é importante para que a História tenha significado na vida escolar de nossos alunos.

Como toda aplicação de projeto apresenta limites e dificuldades, não foi diferente com este. A primeira se refere à estrutura organizacional da própria escola. A escola possui uma rotina e qualquer projeto altera esta rotina. A dificuldade está em organizar o horário para atividades escolares que fujam a esta rotina. A outra se refere à locomoção de alunos para pesquisa de campo como, por exemplo, uma visita monitorada a um assentamento de Sem-terras. Neste caso, envolve alunos menores de idade e investimento financeiro, o que nem sempre é viável por envolver alunos de famílias pobres. Além disso, outra barreira, diz respeito ao preconceito ainda presente e existente entre muitos educadores e pais que vêem os assentamentos como área de risco. Por fim, interdisciplinaridade nem sempre ocorre a contento tendo em vista a permanência de uma concepção de educação compartimentada em disciplinas com carga horária e conteúdos mínimos a serem cumpridos.

Quanto à pesquisa, dos 235 entrevistados, a maioria se encontra entre a faixa etária dos 31 aos 60 anos, 80 pessoas do sexo masculino e 155 do sexo feminino. Destes, a pesquisa revelou que a maioria migrou para Curitiba no período de 1971 a 1990, e, uma parte significativa (51 entrevistados) no período de 1991 a 2000. Estes dados nos informam que no bairro dois movimentos migratórios: um decorrente do processo de mecanização da agricultura no Paraná na década de 60 e 70; e, outro atraído pela CIC (Cidade Industrial de Curitiba).

Em relação à procedência, surpreendentemente, o bairro é povoado por uma grande leva de pessoas oriundas de outros Estados da Federação. Outro dado curioso é a constatação de uma população significativa oriunda da Região Metropolitana de Curitiba. Os demais, como era de se esperar, da região Norte do Paraná.

Entre os motivos do processo migratório para o bairro, citados na pesquisa destacaram-se a busca de melhoria de vida e de oportunidades; busca de trabalho e melhoria de emprego. Quanto à profissão exercida na cidade, Estado ou Município de origem, constatou-se que eram agricultores e trabalhadores assalariados (134 dos entrevistados). Em Curitiba, passaram a trabalhar como assalariado no Comércio, Indústria e empresas prestadoras de serviços. Dos entrevistados, 62 não responderam, o que indica que possivelmente sejam trabalhadoras como diaristas ou em atividades consideradas menos nobres pela sociedade, uma vez que a maioria dos entrevistados era do sexo feminino.

Finalmente, quanto ao resultado da pesquisa, constatou-se que os migrantes, de um modo geral, tiveram melhorias em sua vida. Os principais tipos de melhorias se referem à aquisição de casa própria, aquisição de veículo automotor, oportunidades de emprego, aquisição de bens e imóveis, sistema de transporte. Também destacaram melhorias na vida financeira pessoal ou da família e facilidade de acesso ao estudo. Apenas 8 dos entrevistados afirmaram não haver melhoria nenhuma.

CONCLUSÃO

As pesquisas e os dados sobre o desenvolvimento da agricultura e da questão agrária no Paraná nos permitem estabelecer a década de 1960 e, em especial, a década de 1970 como o marco histórico do processo de modernização da agricultura no Paraná. E, como não poderia deixar de ser, com a mecanização da agricultura, neste mesmo período se acentua a concentração da terra e o impacto social no que se refere à expulsão do homem do campo que irá migrar para os grandes centros urbanos do Estado provocando o chamado inchaço populacional urbano.

O êxodo rural nesse período e o movimento migratório que se deu nas décadas de 80 e 90 em razão da criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) fizeram com que cidades como Curitiba e outros centros urbanos se deparassem com um verdadeiro crescimento desorganizado e, como conseqüência, o surgimento de bairros sem infra-estrutura mínima de moradia. É neste contexto que bairros novos como o Alto Boqueirão, em Curitiba, foram criados. Portanto, num espaço muito curto de tempo, novos bairros surgiram e, em muitos casos, a revelia do poder, dando origem a um processo de favelização.

No caso do bairro Alto Boqueirão, a pesquisa realizada pelos alunos do Colégio Estadual Roberto Langer Júnior, a grosso modo, revela que os seus moradores, oriundos da migração decorrente do êxodo rural ou atraídos pela possibilidade de emprego na Cidade Industrial de Curitiba foram bem sucedidos com acesso à casa própria e outros bens, afirmando que se encontram melhor hoje do que em sua cidade ou município de origem.

Agradecimentos

As pesquisas e, especificamente, a elaboração deste artigo científico, como atividades do Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná, só foram possíveis graças à ajuda de um grande número de pessoas e o envolvimento dos professores das IES que nos acolheram. A elas externo a minha gratidão. Dentre estas, menciono a pessoa do meu Orientador, professor doutor Dennison de Oliveira, da UFPR, que com suas observações, comentários e encaminhamentos contribuiu para o êxito do meu trabalho no PDE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DIEESE. **Estatísticas do Meio Rural**. 2. ed. Brasília/São Paulo: MDA: DIEESE, 2006.
2. FLEISCHFRESSER, V. **Modernização Tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Livraria do Chain: CONCITEC:IPARDES, 1988
3. GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
4. IPARDES-Fundação Edison Vieira. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba. Convênio IPARDES/SEPL/FUEM, 1989.
5. LAZIER, Hermógenes. **Análise Histórica da Posse da Terra no Sudoeste Paranaense**. Curitiba: SECE/BPP, 1986
6. MAGALHÃES. Marion Brepohl de. **Paraná: Política e Governo**. 1. ed. Curitiba: SEED, 2001 (Coleção História do Paraná; textos introdutórios).
7. MOORE JÚNIOR, Barrington. **As origens Sociais da Democracia e da Ditadura: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. Lisboa (Livraria Martins Fontes Ed. Santos). Edições Cosmos, 1967.
8. NADALIN. Sérgio Odilon. **Paraná: Ocupação do Território, População e Migrações**. 1. ed. Curitiba: SEED, 2001 (Coleção História do Paraná; textos introdutórios).
9. OLIVEIRA. Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. 1. ed. Curitiba: SEED, 2001 (Coleção História do Paraná; textos introdutórios).
10. _____. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

11. SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida Material Vida Econômica**. 1. ed. Curitiba: SEED, 2001 (Coleção História do Paraná; textos introdutórios).
12. SILVA, Graziano da. **O que é questão Agrária**. 14. ed. São Paulo, Brasiliense, 1991.
13. STÉDILE, João Pedro. **Questão Agrária no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atual, 1997.
14. ____ (ORG.). **A REFORMA AGRÁRIA E A LUTA DO MST**. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
15. VILLALOBOS, Jorge (organizador). **Geografia Social e Agricultura**. Maringá: Programa de Pós-graduação em Geografia-UEM, 2000.
16. WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 7. ed. Curitiba, Editora Gráfica Vicentina Ltda, 1995.